

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – ART. 74, INCISO I,
DA LEI Nº 14.133/2021
Processo Administrativo Licitatório nº009/2025

O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE - Parintins**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.597.340/0001-00, situada na rua Jonathas Pedrosa nº 402 - centro, Parintins/AM doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor, **MARCOS ANWDREY MARINHO DA LUZ**, comunica aos interessados a abertura do presente edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO** para o instrumento auxiliar de Credenciamento de Pessoas Jurídicas para a presente contratação do objeto: **Aquisição de HIPOCLORITO DE CÁLCIO, em Pastilhas de 200g destinado ao atendimento das demandas operacionais contínuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE**, nos termos e condições estabelecidas no Instrumento convocatório e seus anexos. O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal nº 14.133/2021 em seus Arts. 74 e 79. O presente Procedimento Auxiliar de Credenciamento será realizado exclusivamente na modalidade presencial. Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e por meio do endereço eletrônico <https://saaeparintins.com.br/transparencia/licitacoes/editais-de-licitacoes>.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto é Credenciamento de Pessoas Jurídicas para fornecimento de **HIPOCLORITO DE CÁLCIO em Pastilha de 200g destinado ao atendimento das demandas operacionais contínuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE**, nos termos e condições estabelecidas no Instrumento convocatório e seus anexos.

1.2. Os limites de quantitativos são relativos à prestação de **HIPOCLORITO DE CÁLCIO**, destinado ao atendimento das demandas operacionais contínuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE por cada credenciado, de acordo com a necessidade do setor, não havendo garantia de execuções individuais mínimas.

2. DA ENTREGA DO OBJETO

2.1. O prazo de entrega dos produtos será de até **48 (quarenta e oito) horas**,

contadas a partir da ciência da Ordem de Fornecimento emitida pela contratante.

2.2. A entrega será realizada na sede do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, situada na Rua Jonathas Pedrosa, nº 402 – Centro, Parintins/AM, no horário de expediente.

2.3. A entrega deverá ocorrer em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada pelo credenciado, com responsabilidade quanto à integridade, validade e acondicionamento adequado dos produtos.

2.4. A contratante poderá rejeitar, total ou parcialmente, produtos entregues em desacordo com as especificações, devendo o fornecedor substituí-los no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos, às suas custas.

3. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1. As pessoas jurídicas interessadas em fornecer o objeto deste credenciamento, deverão entregar os documentos indicados no item 3 deste edital, em **envelope com os dados da empresa** na Rua Jonathas Pedrosa nº 402 - centro, Parintins/AM, setor de licitação com início no dia **27/08/2025**, durante o horário de expediente no horário das **8h às 12h**.

3.2. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas neste edital, durante todo o seu período de vigência.

3.3. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso o objeto não permita a execução simultânea por todos os credenciados, a distribuição das Ordens de Fornecimento observará critério objetivo e impessoal.

3.4. Inicialmente, será adotado o rodízio entre os credenciados, conforme a ordem cronológica de habilitação. Na recusa ou inexecução injustificada, será convocado o próximo credenciado da fila.

3.5. Caso o rodízio não seja viável por razões operacionais devidamente justificadas, poderá ser realizado **sorteio público**, com registro em ata e ciência dos credenciados.

3.6. O descumprimento das condições pactuadas poderá ensejar sanções, inclusive descredenciamento, conforme previsto neste edital.

3.7. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros,

sem expressa autorização da Administração, hipótese de subcontratação parcial.

3.8. Caberá denúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de **30 (trinta)** dias.

3.9. O Termo de Credenciamento constitui o instrumento que formaliza o vínculo entre a Administração e o credenciado, não representando obrigação de demanda mínima por parte do SAAE, tampouco garantia de contratação futura.

3.10. A assinatura do Termo de Credenciamento gera o direito de participar das solicitações de fornecimento que venham a ser formalizadas durante a vigência do credenciamento, conforme critérios previstos neste edital.

3.11. O Termo de Credenciamento observará os termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, sendo firmado em conformidade com as disposições deste edital e do Termo de Referência.

3.12. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

- a)** Não possuir registro no Conselho Regional de Química (CRQ)
- b)** Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- c)** Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- d)** Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei 14.133/2021.
- e)** Esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal razão de restrição por decisão administrativa devidamente publicada a qual não caiba mais recurso Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS do Governo Federal; e
- f)** Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade credenciante ou com agente público que desempenho e função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.13. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio dos **ANEXOS** do Termo de Referência, devidamente preenchidos, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

3.14. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada

poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

4. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

4.1. Os documentos para habilitação encontram-se elencados no Item **9.11** e seguintes do Termo de Referência

Outros Documentos

a) declaração, conforme o modelo instituído pelo Decreto Federal nº 4.358/2002, que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República. Modelo em anexo ao Termo de Referência

b) declaração que a empresa não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública. (Modelo em anexo ao Termo de Referência);

c) cópia do alvará de funcionamento expedido pelo Município da sede da empresa;

d) requerimento de credenciamento, contendo relação do fornecimento que se propõe a realizar, descrição detalhada dos recursos físicos, materiais e humanos, a serem disponibilizados para a execução do fornecimento credenciado, inclusive os equipamentos necessários à realização desses, declarando que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento (Modelo em anexo ao Termo de Referência);

4.2. Os documentos poderão, inicialmente, ser apresentados em original ou por cópia simples. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

4.3. As declarações podem ser unificadas. (Modelo anexo ao Termo de Referência).

5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente edital de chamamento público deverão ser dirigidos ao Setor de Licitações e protocolizados durante o horário de expediente do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE - Parintins**, ou enviados através do endereço eletrônico: licitacao@saaeparintins.com.br **03 (três) dias úteis antes do início do credenciamento.**

6. CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

6.1. O fornecimento do Hipoclorito de Cálcio será realizado conforme demanda operacional do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Parintins/AM, mediante emissão de Ordem de Fornecimento específica.

6.2. O credenciado deverá providenciar a entrega dos produtos:

6.2.1. No prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas após a emissão da Ordem de Fornecimento;

6.2.2. No endereço indicado no Termo de Referência;

6.2.3. Com embalagem íntegra, validade mínima e especificações técnicas exigidas.

6.3. A responsabilidade pelo transporte, descarregamento e integridade do material até o destino é exclusiva do credenciado.

6.4. O descumprimento das condições estabelecidas poderá resultar em advertência, suspensão ou descredenciamento, observadas as garantias legais do contraditório e ampla defesa.

É vedado

6.5. O credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do órgão credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

6.6. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, o fornecimento dos produtos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de má prestação, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

6.7. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de **30 (trinta)** dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

6.8. Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

7. DOS RECURSOS

7.1. O resultado do deferimento ou indeferimento do credenciamento será publicado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE durante e/ou após a vigência deste Edital, à medida que a análise de que trata essa cláusula for concluída, no endereço eletrônico <https://saaeparintins.com.br/>.

7.2. Após a decisão da administração sobre a habilitação, o interessado conforme definido em edital, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

7.3. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação enviada, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, conforme o art. 17. §1º, 2º e da lei 14.133/2021 no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da data da divulgação, observadas as seguintes determinações:

7.4. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

7.5. A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**.

7.6. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.

7.7. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

7.8. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio do endereço eletrônico <https://saaeparintins.com.br/>.

8. DA FORMALIZAÇÃO

8.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme **Anexo IV** do Termo de referência, contendo as cláusulas e condições previstas neste edital, bem como aquelas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes.

8.2. O termo de credenciamento, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao CREDENCIANTE suspender temporariamente o fornecimento previsto no termo de

credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento somente será efetuado mediante comprovação da prestação dos objetos que foram realizados de acordo com as exigências do Edital, visadas pelos fiscais do contrato, acompanhadas dos documentos fiscais idôneos emitidos pelo credenciado.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento do objeto deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária do exercício vigente.

11. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

11.1. O **Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE - Parintins** realizará o acompanhamento da execução do fornecimento credenciado por meio dos fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

11.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pelo credenciado poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

12.2. As penalidades passíveis de aplicação incluem:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma e percentuais previstos neste edital ou no termo de credenciamento;

- c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a **03 (três)** anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da sanção.

12.3. A aplicação de sanções será precedida de regular processo administrativo, com instauração de processo, notificação do interessado e prazo para apresentação de defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.4. A autoridade competente poderá aplicar as penalidades de forma isolada ou cumulativa, conforme a natureza e gravidade da infração e os prejuízos causados à Administração.

13. DO DESCREDENCIAMENTO

13.1. Consta no item **3.17** do Termo de Referência.

14. DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

14.1. As partes reconhecem que no exercício das atividades contratadas poderão ter acesso, voluntária ou involuntariamente, a informações exclusivas e confidenciais uma da outra, de seus clientes/usuários e/ou de terceiros, tais como dados pessoais ou sensíveis, assim considerados nos termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);

14.2. Em razão disso, as partes comprometem-se a manter, no desempenho das atividades contratadas, o mais absoluto sigilo sobre tais dados, abstendo-se de copiar, reproduzir, fotografar, filmar, vender, ceder, licenciar, comercializar, transferir ou de outra forma divulgar ou dispor de tais dados a terceiros, tampouco de utilizá-los para quaisquer outros fins que não sejam aqueles atinentes ao objeto do contrato. Em outras palavras, os referidos dados podem ser utilizados apenas para as finalidades do objeto do contrato e desde que preservado o sigilo sobre eles.

14.3. Dessa forma, as partes assumem o dever de zelar para que o uso dos dados ocorra em absoluta observância à legislação vigente, em especial à Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), com respeito ao sigilo, bem como com a identificação e notificação de eventuais vazamentos ocorridos;

14.4. A violação de tais obrigações poderá ocasionar a responsabilização da parte infratora pelas consequências da quebra de sigilo e/ou vazamento de dados, nos

termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), sem o prejuízo de outras penalidades previstas na legislação;

14.5. O dever de manter em sigilo os dados a que teve acesso se estende por prazo indeterminado mesmo após a extinção do contrato, independentemente do motivo da extinção;

14.6. É assegurado o direito de regresso caso uma das partes seja demandada por ato ou omissão de responsabilidade da outra.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico <https://saaeparintins.com.br/>, sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados.

15.2. O presente edital será ainda publicado integralmente no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a ampla publicidade e transparência do credenciamento.

15.3. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

15.4. O Credenciamento terá vigência inicial de **12 (doze)** meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, caso haja interesse do **Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE - Parintins**, nos termos da legislação atinente à matéria.

15.5. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

15.6. Os casos omissos serão dirimidos pelo **Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE – Parintins**.

15.7. Demais informações serão prestadas aos interessados no horário das 8h às 16h, no **Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE - Parintins**, na rua Jonathas Pedrosa n 402- centro, Parintins/AM - Setor de Licitações.

15.8. A partir da publicação deste Edital, tornam-se sem efeito as habilitações dos prestadores credenciados nos editais anteriores, podendo os prestadores caso queiram se credenciar, cumprir as cláusulas do presente Edital.

15.9. Fica eleito o Foro da comarca de Parintins para dirimir quaisquer dúvidas

oriundas da execução deste instrumento.

Parintins-AM, 22 de agosto de 2025.

Marcos Anwdrey Marinho da Luz
Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE
Decreto 071/2025 – PGMP

ANEXO DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo Nº 009/2025

1. DO OBJETO

1.1. “Aquisição de **HIPOCLORITO DE CÁLCIO** em Pastilhas de 200g destinado ao atendimento das demandas operacionais contínuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE”.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de ano, contado a partir da data de assinatura do Termo de Credenciamento individual.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente processo tem por objeto a contratação de fornecedores para fornecimento de hipoclorito de cálcio, produto químico amplamente utilizado no processo de desinfecção da água potável no sistema público de abastecimento operado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Parintins. O Hipoclorito de Cálcio constitui insumo essencial e de uso contínuo, imprescindível para o cumprimento dos parâmetros de potabilidade estabelecidos na Portaria GM/MS nº 888/2021, garantindo segurança sanitária à população atendida.

2.2. A contratação será viabilizada por meio do instrumento de credenciamento, nos termos do art. 74, inciso IV, combinado com o art. 78, inciso I e art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que preveem a adoção do credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação, quando a Administração Pública necessita contratar diversos fornecedores, de forma não exclusiva e simultânea, para prestação de serviços ou fornecimento de bens de forma contínua, conforme critérios e condições previamente definidos em edital de chamamento público.

2.3. A escolha do credenciamento se justifica por diversas razões técnicas e operacionais:

a. Natureza da demanda: O Hipoclorito de Cálcio possui demanda contínua e essencial, e sua ausência compromete diretamente a qualidade da água distribuída à população, podendo gerar riscos à saúde coletiva. A contratação por demanda, com múltiplos fornecedores habilitados previamente, garante maior agilidade e segurança no suprimento.

b. Viabilidade técnica do fornecimento por múltiplos credenciados: O produto não requer customização específica entre fornecedores. Havendo padronização técnica das especificações exigidas no edital, é possível admitir diversos fornecedores habilitados para atender conforme a necessidade da Administração.

c. Celeridade e economicidade: O credenciamento permite que a Administração racionalize o processo de contratação, evitando a repetição sucessiva de procedimentos de dispensa ou licitação convencional a cada necessidade de aquisição do insumo, resultando em significativa redução de custos operacionais e aumento da eficiência administrativa.

d. Flexibilidade e cobertura territorial: Dada a realidade geográfica do município de Parintins e da região amazônica, a existência de mais de um fornecedor apto e credenciado permite atender com mais eficiência à logística de entrega, reduzindo o risco de desabastecimento e viabilizando respostas rápidas frente a emergências operacionais.

e. Ampliação da competitividade e transparência: O modelo de credenciamento garante isonomia e amplo acesso ao mercado, visto que qualquer fornecedor que atenda aos requisitos previamente definidos poderá se credenciar e ser contratado nas mesmas condições, respeitado o chamamento público e os princípios da publicidade e impessoalidade.

2.4. Portanto, o uso do credenciamento como instrumento jurídico para contratação direta (inexigibilidade de licitação) está juridicamente respaldado no art. 74, IV e no art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, sendo tecnicamente justificado como a solução mais adequada, eficiente, econômica e segura para o fornecimento contínuo do hipoclorito de cálcio, preservando a regularidade e qualidade do serviço público essencial de abastecimento de água.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Especificação do Objeto

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE ANUAL | VALOR UNITÁRIO |
|------|--|----------|------------------|----------------|
| 01 | Tablete de hipoclorito de cálcio 65% Pastilha de 200g. Produto com registro na ANVISA. | Pastilha | 32.625 | R\$ 12,83 |

Da Distribuição da Demanda

3.2. Com o objetivo de garantir a isonomia, a transparência, a eficiência administrativa e o equilíbrio na execução contratual, a Administração Pública estabelecerá critérios objetivos para a distribuição da demanda entre os fornecedores credenciados, em conformidade com a natureza do objeto e as condições operacionais da contratação. Considerando que a contratação será realizada na forma paralela e não excludente, conforme previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, será permitida a celebração simultânea de contratos com diversos fornecedores, em condições padronizadas e vantajosas para a Administração.

3.3. Dessa forma, a distribuição da demanda referente à aquisição de Hipoclorito de Cálcio observará os seguintes critérios:

3.3.1. Rodízio entre fornecedores credenciados: A distribuição inicial das aquisições será realizada por meio de rodízio entre os fornecedores credenciados, respeitando a ordem cronológica de habilitação no credenciamento. Este critério é a regra geral e visa assegurar a alternância, a previsibilidade e a participação equitativa dos fornecedores, promovendo justiça na distribuição da demanda e evitando a concentração dos fornecimentos em um único credenciado.

3.3.2. Atendimento emergencial ou prioritário: Em situações de urgência devidamente justificada ou de necessidade específica de entrega imediata, a Administração poderá priorizar o fornecedor que comprovar disponibilidade para entrega total ou parcial do item solicitado no prazo exigido. Este critério será aplicado excepcionalmente, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços operacionais da Autarquia.

3.4. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE será responsável por acompanhar a execução contratual, organizar o rodízio entre os credenciados e realizar a redistribuição da demanda sempre que necessário, conforme os critérios estabelecidos.

3.5. Tais critérios buscam assegurar o uso eficiente dos recursos públicos, a alternância entre os fornecedores, a continuidade no fornecimento de Hipoclorito de Cálcio.

Da Quantidade

3.6. Os quantitativos estimados e o valor de referência para esta contratação encontram-se detalhados no Anexo II dos Estudos Técnicos Preliminares, apensado a este Termo de Referência, conforme exigência do art. 6º, XXIII, alínea 'a', da Lei nº 14.133/2021.

Vigência dos Contratos

3.7. A vigência dos contratos decorrentes do credenciamento será estabelecida no edital, observando-se o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, bem como as diretrizes do Decreto nº 11.878/2024, especialmente quanto às regras específicas para a contratação paralela e não excludente entre os credenciados, conforme previsto no art. 79 da Lei nº 14.133/2021.

Do Reajuste ou Atualização dos Preços

3.8. Os preços inicialmente credenciados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do credenciamento.

Da extinção contratual

3.9. O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

3.10. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

3.11. Consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

3.12. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

3.13. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

3.14. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

3.14.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

3.14.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3.14.3. Indenizações e multas.

Dos Critérios de Credenciamento

3.15. A habilitação dos fornecedores interessados em se credenciar para o fornecimento de Hipoclorito de Cálcio será realizada conforme critérios objetivos e padronizados, a serem detalhados no edital de chamamento público, respeitados os princípios da impessoalidade, isonomia e publicidade.

3.16. Serão exigidos, no mínimo:

3.16.1. Registro regular da empresa junto aos órgãos competentes, incluindo CNPJ ativo;

3.16.2. Licença de funcionamento expedida por autoridade sanitária competente;

3.16.3. Registro do produto junto à ANVISA;

3.16.4. Apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem experiência anterior no fornecimento do produto;

3.16.5. Declaração de atendimento às especificações técnicas do produto conforme definido neste Termo de Referência;

3.16.6. Certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas;

3.16.7. Declaração de inexistência de impedimentos legais para contratar com a Administração Pública.

Do descredenciamento

3.17. Conforme art. 23 do Decreto nº 11.878/24, que regulamenta o art 79 da Lei nº 14.133/21, o órgão ou a entidade credenciante poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pelo credenciado;

II - perda das condições de habilitação do credenciado;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

§ 1º O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do caput não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do caput, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

§ 3º Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

§ 4º Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

Das alterações contratuais

3.18. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1. Os fornecedores sempre que possível deverão adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, seguindo os critérios de sustentabilidade ambiental:

5.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

Subcontratação

5.2. (Não) Será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

6.1. A execução do objeto será realizada de forma parcelada, conforme as demandas emitidas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, visando ao atendimento das necessidades operacionais. O objeto refere-se ao fornecimento de Hipoclorito de Cálcio, por meio de credenciamento de fornecedores locais, conforme previsão do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A execução iniciará após a assinatura do Termo de Credenciamento, individual e a emissão formal da Ordem de Fornecimento pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

6.3. As entregas ocorrerão conforme a demanda do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, respeitando o prazo máximo de 48 horas para a entrega dos produtos, contadas a partir da ciência da Autorização.

6.4. Deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Jonathas Pedrosa, nº 402 Centro - Parintins - Amazonas - CEP 69151-030

6.5. A entrega será feita com base na Ordem de Fornecimento, que deverá estar devidamente carimbada e assinada pelo Diretor e pelo fornecedor. A entrega sem a Autorização formal não será aceita.

6.6. O fornecedor garantirá a entrega conforme especificações, em embalagens íntegras, com indicação de validade e fabricação; substituir, às suas expensas, em até 2 dias úteis, os produtos recusados por desconformidade.

6.7. A contratante irá emitir as Ordens de Fornecimento; verificar a conformidade dos produtos; atestar o recebimento; comunicar formalmente qualquer irregularidade.

6.8. As quantidades a serem entregues serão definidas com base nas demandas específicas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, indicadas nas Ordens de Fornecimento, onde constarão o produto, quantidades e local de entrega.

6.9. A comunicação entre a contratante e os fornecedores será feita por meio de Ordem de Fornecimento impressa (formato A4, sem rasuras ou recortes), além de e-mail oficial e contato telefônico, quando necessário. A troca de informações operacionais deve sempre ser registrada para fins de controle e rastreabilidade.

6.10. Por tratar-se de fornecimento de Hipoclorito de Cálcio, não se aplica a exigência de transferência de conhecimento técnico. No entanto, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE poderá fornecer orientações operacionais padronizadas em caso de substituição de fornecedor.

6.11. Não há exigência de garantia técnica formal, dada a natureza do objeto. Entretanto, o fornecedor é responsável por substituir produtos em desconformidade e responder por quaisquer danos decorrentes do fornecimento irregular. As despesas com frete e encargos de entrega são de responsabilidade exclusiva do fornecedor.

6.12. Recebimento provisório: Será realizado de forma sumária no ato da entrega, com conferência da nota fiscal, da quantidade, da integridade das embalagens e da validade dos produtos por servidor designado.

6.13. Recebimento definitivo: Ocorre em até 5 dias úteis após o recebimento provisório, condicionado à verificação da conformidade com o Termo de Referência e proposta. Poderá haver prorrogação justificada por igual período, conforme necessidade de diligências.

6.14. Recusa e substituição: Em caso de não conformidade, o fornecedor será notificado para substituição dos itens no prazo de até 2 dias úteis, sob pena de cancelamento da compra ou acionamento da empresa subsequente, conforme regras do credenciamento.

6.15. Controvérsias: Em caso de divergência sobre qualidade, quantidade ou execução, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, permitindo o pagamento proporcional à parcela incontroversa.

7. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

7.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do Termo de Credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Termo de Credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.5. O fiscal técnico do termo de credenciamento acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6. O fiscal técnico do termo de credenciamento anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do termo de credenciamento emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.8. O fiscal técnico do termo de credenciamento informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do termo de credenciamento nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do referido termo.

7.10. O fiscal técnico comunicará ao gestor do termo de credenciamento, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.12. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.13. O fiscal administrativo deverá enviar ao gestor do termo de credenciamento, por meio de ofício, todas as vezes em que houverem execução do objeto, relatório informando a adequação/ inconsistências apuradas em relação à documentação fiscalizada.

Gestor do Termo de Credenciamento

7.14. O gestor do Termo de Credenciamento coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Termo de Credenciamento contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do Termo de Credenciamento a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15. O gestor monitorará os registros realizados pelos fiscais, assegurando que todas as ocorrências e medidas adotadas na execução do termo de credenciamento sejam devidamente documentadas. Caso sejam identificadas questões que ultrapassem sua competência, ele deverá encaminhá-las à autoridade superior.

7.16. O gestor deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, garantindo sua regularidade para fins de empenho e pagamento. Problemas que possam comprometer o fluxo normal de liquidação e pagamento deverão ser registrados no relatório de riscos eventuais.

7.17. Com base nos indicadores previamente definidos, o gestor emitirá um documento que comprove a avaliação feita pelos quanto ao cumprimento das obrigações do credenciado. O documento deve mencionar o desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas, sendo registrado no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18. Sempre que necessário, o gestor deverá adotar as providências cabíveis para a formalização de um processo administrativo de responsabilização, visando à aplicação de sanções. O processo será conduzido pela comissão estabelecida no artigo 158 da Lei nº 14.133/2021 ou pelo setor competente.

7.19. O gestor deverá elaborar um relatório final com informações sobre o cumprimento dos objetivos que motivaram a contratação, além de propor eventuais ações para aprimorar as atividades da Administração.

7.20. Ao término do processo, o gestor encaminhará a documentação pertinente ao setor responsável pelo termo de credenciamento, formalizando os procedimentos de liquidação e pagamento conforme os valores apurados pela fiscalização e gestão.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Credenciada:

8.1.1. não atender as demandas acordadas,

8.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto da contratação, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Faturamento

8.2. O credenciado emitirá faturas detalhadas para cada item entregue, indicando claramente as datas e os valores correspondentes.

8.3. O Contratante é responsável em verificar a execução do objeto da contratação, situação em que ao identificar irregularidades o faturamento retornará para revisão por parte do credenciado, indicando de forma clara e objetiva os pontos inconsistentes para correção.

8.4. Não constatado qualquer irregularidade ou após a sua devida correção o processo de faturamento passará para emissão do empenho.

Liquidação

8.5. Após emissão do empenho, será exigido a emissão da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, no qual correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o adjudicatário providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.9. Constatando-se a situação de irregularidade do credenciado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do credenciado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao credenciado a ampla defesa.

8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do termo de credenciamento, caso o credenciado não regularize sua situação.

8.13. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias, contados após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

Forma de Pagamento

8.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado.

8.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO

9.1. A presente contratação está classificada como objeto comum, do tipo fornecimento de bens, com entrega parcelada, conforme a demanda do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.

Viabilidade de Competição e Forma de Contratação

9.2. A contratação será por instrumento auxiliar do CREDENCIAMENTO, conforme previsto no Art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que permite a habilitação paralela e não excludente de fornecedores que atendam aos requisitos estabelecidos no edital de chamamento público, diante da viabilidade de competição e da necessidade de garantir ampla participação e atendimento descentralizado.

9.3. Trata-se de solução adequada à natureza do objeto, pois:

9.3.1. Possibilita o atendimento por múltiplos fornecedores, conforme a demanda.

9.3.2. Amplia a cobertura da prestação, com mais agilidade no atendimento às requisições administrativas.

9.3.3. Garante a isonomia e observância do interesse público, com economia processual e eficiência na gestão da contratação.

Crítérios de Seleção

9.4. Como se trata de credenciamento, não haverá julgamento competitivo entre os fornecedores, mas sim a verificação do atendimento aos requisitos mínimos de habilitação e qualificação técnica, jurídica e fiscal, estabelecidos no edital. Todos os que atenderem aos critérios serão credenciados e estarão aptos a fornecer os bens,

de forma rotativa, conforme a ordem de credenciamento, observando-se o equilíbrio na distribuição das demandas.

9.5. Não haverá exigência de preços diferenciados ou disputa por menor preço, uma vez que os valores serão previamente fixados pela Administração, com base em estudo de mercado e estimativa de preços, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar.

Participação

9.6. Será permitida a participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), cooperativas e demais pessoas jurídicas, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no edital. Não será admitida a formação de consórcios.

Condições para Credenciamento

9.7. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o período de vigência do edital, sendo permitida a adesão de novos interessados a qualquer momento, desde que preencham os requisitos estabelecidos.

9.8. A Administração poderá, a qualquer tempo, descredenciar fornecedores que descumpram as obrigações assumidas, mediante processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

9.9. Os credenciados deverão assinar termo de adesão ao edital e termo de credenciamento/compromisso, vinculando-se às condições estabelecidas, inclusive aos preços e prazos definidos pela Administração.

9.10. A ordem de atendimento das demandas poderá observar rodízio, critérios de disponibilidade ou de localização, conforme disciplinado neste Termo de Referência.

Da Habilitação

9.11. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 (noventa) dias.

Habilitação jurídica

9.12. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.13. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

9.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Sociedade empresária estrangeira: Autorização de funcionamento no Brasil, registrada na Junta Comercial da unidade federativa.

9.16. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.18. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.19. Todos documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.23. Certidão de débitos trabalhistas: Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, conforme a CLT.;

9.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.25. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.26. Isenção de tributos estaduais ou municipais: Caso aplicável, declaração de isenção pela Fazenda competente.

Habilitação Econômico-Financeira

9.27. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do credenciado – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.28. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando os índices financeiros: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser superiores a 1 em qualquer dos índices. Caso contrário, exige-se patrimônio líquido mínimo de 5% do valor da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro do credenciamento deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo credenciado.

Habilitação Técnica

9.31. Comprovação de regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Química (CRQ), bem como registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s), conforme exigido pela Lei nº 2.800/1956.”

9.32. Atestado ou certidões fornecidas por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo de maneira satisfatória e a contento os serviços de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação.

9.33. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.

9.34. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, consideram-se compatíveis os documentos que expressamente

certifiquem que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preços apresentada nesta licitação.

9.35. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto similar ao item do Termo de Referência.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa prestadora do serviço.

9.37. A empresa prestadora do serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do termo de credenciamento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto credenciado, dentre outros documentos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Obrigações da Contratada

10.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto credenciado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo termo de credenciamento ou outros instrumentos hábeis.

10.2. Proporcionar ao Credenciado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

10.3. Notificar o Credenciado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Credenciado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais

Obrigações do Credenciado

10.4. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto credenciado.

10.5. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os itens que apresentarem alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

10.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

10.7. Manter, durante a vigência do termo de credenciamento ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, de imediato sempre que solicitado.

10.8. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

10.9. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância do fornecimento eficaz, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANSÕES

11.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração, observados o contraditório e a ampla defesa.

11.2. As penalidades incluem advertência, multa, suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Pública e declaração de inidoneidade.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. Para fins de instrução processual e definição do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços com base em múltiplas fontes, em conformidade com as orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e os critérios da Lei nº 14.133/2021, especialmente seu art. 23. A coleta considerou cotações obtidas junto a fornecedores locais e dados extraídos do Painel de Preços do Governo Federal.

12.2. Foi adotada a média saneada como critério de referência para a formação da estimativa de preços do Hipoclorito de Cálcio, objeto desta contratação. A escolha dessa metodologia justifica-se pela natureza do item, que apresenta baixa complexidade técnica e ampla oferta no mercado local, o que reduz a variabilidade qualitativa entre os fornecedores e minimiza riscos à Administração. Além disso, essa

abordagem favorece a economicidade e otimização dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e do interesse público.

12.3. A pesquisa priorizou fornecedores locais, considerando a maior assertividade dos preços praticados e as particularidades logísticas do município de Parintins/AM, como o difícil acesso, os custos com transporte fluvial e a sazonalidade no fornecimento, fatores que impactam diretamente na formação de preços.

12.4. A metodologia adotada está em conformidade com o disposto no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que admite a utilização de valor obtido por pesquisa válida e devidamente justificada como base para estimativa de contratação.

12.5. Este Termo de Referência está instruído com o Estudo Técnico Preliminar, que acompanha as memórias de cálculo e os documentos que sustentam a formação do valor estimado da contratação (Anexos I e II), garantindo transparência, robustez técnica e segurança jurídica para a Administração.

12.6. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 418.578,75 (quatrocentos e dezoito mil quinhentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**, conforme preços unitários apresentados na tabela acima.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Unidade Orçamentaria: 12.01.01 — SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Atividade: 17.512.0011.2.070 — Classificação Programática

Elemento da Despesa: 3.3.90.30.11 — Materiais Químicos

FONTE: 010 — Recurso Próprio

Parintins/AM, 26 de maio de 2025.

Planejamento,

Anderson Gonçalves de Oliveira
Equipe de Planejamento

Jefferson Willian Tavares de Oliveira
Equipe de Planejamento

Kaic Mello de Souza
Equipe de Planejamento

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Eu, NOME DO REPRESENTANTE, CPF DO REPRESENTANTE, na qualidade de INDICAR REPRESENTAÇÃO, declaro, sob as penas da lei, que a PESSOA JURÍDICA XXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na ENDEREÇO (Logradouro, nº, complemento, Cidade – Estado):

1. Não foi declarada INIDÔNEA para contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e de suas alterações posteriores, bem como não foi suspenso e limitado o direito de licitar e contratar com qualquer ente da federação incluindo autarquias, fundações, dentre outros.
2. Que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso e/ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos da Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, observando o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.
4. Que não É e não possui em seu quadro societário servidor público ativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
5. Ter conhecimento e estar de pleno acordo com as normas desta contratação, bem como que comunicarei ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade financeira.

Parintins/AM, xx de xxxxxx de 2025.

Nome do representante (carimbo)
qualificação do representante

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

ORDEM DE CREDENCIAMENTO N°: _____ (por extenso)

Ao Serviço autônomo de Água e Esgoto SAAE - Parintins,

O interessado abaixo qualificado, solicita seu **CREDENCIAMENTO** para fornecimento parcelado de **HIPOCLORITO DE CÁLCIO, em pastilhas de 200g destinado ao atendimento das demandas operacionais contínuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos do EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº ____/2025.

Razão Social _____
CNPJ: _____
Endereço Comercial: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
CADASTRO MUNICIPAL: _____

Parintins/AM, xx de xxxxx de 2025.

(nome e identidade do representante legal)
(Carimbo da empresa)

ANEXO III
**MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA
HABILITAÇÃO**

| | |
|----------------------|--------------|
| Razão Social: | |
| CNPJ: | |
| Representante Legal: | |
| CPF: | RG: |
| Endereço: | Nº: |
| Complemento: | |
| Cidade: | Estado: |
| Telefone: () | Celular: () |
| E-mail: | |

Vem manifestar seu interesse no **CREDENCIAMENTO** perante esse órgão, para fornecimento parcelado de **HIPOCLORITO DE CÁLCIO, em pastilhas de 200g destinado ao atendimento das demandas operacionais contínuas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE** nos termos e condições estabelecidas neste Instrumento.

DECLARA que:

- 1.Satisfaz as exigências para Credenciamento e para o fornecimento dos itens especificados no Edital de Credenciamento e seus anexos;
- 2.Concorda com todas as exigências e condições previstas no referido edital, comprometendo-se a fornecer os itens pelo valor de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**
- 3.Possui recursos físicos, materiais e humanos, a serem disponibilizados para o fornecimento, inclusive os equipamentos necessários.
- 4.São verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste Credenciamento.

Parintins/AM, xx de xxxxx de 2025.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

**TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA
FORNECIMENTO DE BENS QUE ENTRE
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
PARINTINS/AM E A PESSOA
FÍSICA/JURÍDICA ____.**

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

CREDENCIAMENTO Nº ____/2025

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à _____ inscrito no CNPJ nº _____, neste ato devidamente representado pelo _____.

CONTRATADO(A): _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede à _____, na cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, portador(a) do RG nº _____ SSP/ e inscrito no CPF/MF nº _____.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o credenciamento de empresas para fornecimento de HIPOCLORITO DE CÁLCIO – 65%, PASTILHAS DE 200G, conforme demanda da CONTRATANTE, observadas as condições, exigências e especificações contidas no Edital de Credenciamento, Termo de Referência e demais documentos que integram o processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente Termo de Credenciamento terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, mediante manifestação

expressa da CONTRATANTE.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|----------------|---------|------------|-------------------|----------------|
| x5 | xxxxxxxxxxxxxx | xxxxxx | xxxxxxx | R\$ xxxxxx | R\$ xxxxxxxx |

3.2. Este Termo de Credenciamento **não gera obrigação contratual imediata** para fornecimento, tampouco confere ao credenciado o direito à contratação exclusiva ou garantia de demanda mínima por parte da Administração.

3.3. O fornecimento de Hipoclorito de Cálcio será realizado **conforme a necessidade do SAAE**, mediante emissão de **ordem de fornecimento**, nos termos do edital de credenciamento, observado o preço unitário pactuado.

3.4. Os pagamentos serão realizados com base nas ordens de fornecimento emitidas, de acordo com as quantidades efetivamente fornecidas, observando-se o preço unitário aprovado, o recebimento definitivo do material, o atesto da nota fiscal, e a disponibilidade de dotação orçamentária vigente, **não havendo valor contratual fixo previamente estabelecido neste termo.**

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VINCULAÇÃO E PENALIDADES

4.1. O presente Termo de Credenciamento fica vinculado às regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº __/2025, ao Código Civil Brasileiro e a Lei 14.133/2021 e suas alterações.

4.2. A CONTRATADA declara ter conhecimento pleno dos termos deste instrumento, do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e da legislação aplicável, especialmente da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Obriga-se, ainda, a cumprir fielmente todas as obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5. CLÁUSULA QUINTA – CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DE AMBAS AS PARTES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

5.1.1. Além das naturalmente decorrentes do presente instrumento e do Edital, constituem obrigações do CONTRATANTE:

5.1.2. Efetuar o pagamento do objeto deste instrumento à(o) CONTRATADO(A) observadas as condições e dos prazos pactuados; e

5.1.3. Manter contatos sempre formais com o(a) CONTRATADO(A), ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da situação, os quais deverão ser confirmados por escrito no prazo de 03 (três) dias úteis.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.2.1. Além das naturalmente decorrentes do presente instrumento e do Edital, constituem obrigações da CONTRATADA:

5.2.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas no objeto licitado.

5.2.4. Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como ônus tributários ou extraordinários decorrentes das atividades desenvolvidas para execução do objeto.

5.3. Realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas, contadas a partir da ciência da Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE, no endereço definido no Edital.

5.3.1. Os produtos entregues deverão estar em conformidade com as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e na proposta aprovada.

5.3.2. Produtos entregues em desacordo com as especificações poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição às suas custas no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados da notificação da Administração.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALIDADE E EFICÁCIA

6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para a solução de pendências oriundas deste instrumento contratual, não resolvidas pela via administrativa, elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Parintins, Estado do Amazonas, com renúncia de outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo de Credenciamento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Parintins/AM, xx de xxxx de 2025.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1.
Nome: _____
CPF: _____

2.
Nome: _____
CPF: _____